



PLANO DE PAISAGEM TERRAS DO COURA

UM MODELO PARTICIPATIVO PARA A VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Plano de Paisagem Terras do Coura é pioneiro em Portugal e enquadra-se na Convenção Europeia de Paisagem, na adequação à Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, visando a concretização de um programa de ações corretivas ou orientadoras de intervenção na paisagem. Contudo, não é apenas a singularidade que torna esta iniciativa inovadora. Também as metodologias promovidas através da população e para a população contribuem para a diferenciação.

“A ideia já amadureceu há muitos anos na minha cabeça”, diz a arquiteta urbanista Isabel Maria Matias, membro do conselho científico do Centro de Estudos Arnaldo Araújo (CEAA) da Escola Superior Artística do Porto (ESAP), para introduzir o plano, que conta com a parceria da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho (Valminho Florestal), uma organização não governamental, e da Leiras do Carvalhal, empresa do setor turístico, na qual é sócia gerente. Está ainda envolvida a Câmara Municipal de Paredes de Coura, que recebeu a proposta em 2015.

O Plano de Paisagem foi inicialmente projetado à escala distrital, só depois, dada a impossibilidade de implementação, os esforços foram redirecionados à escala de um concelho. Segundo o presidente da Associação Valminho, Luis Brandão Coelho, quando a proposta foi feita à Câmara “já tinha sido feito algum trabalho”, nomeadamente reunir conhecimento para uma boa opção de intervenção. “De facto só valoriza os territórios quem conhece. E nós temos a perfeita noção de que há um afastamento muito grande daquilo que é o conhecimento e a familiaridade do território”, explica.

“Ordenar, proteger e valorizar” são os pilares destacados pela Convenção Europeia de Paisagem, mas o engenheiro defende que,

para valorizar, é necessário identificar. “Porque só dessa forma é que algo é suscetível de ser promovido e valorizado”. Com esta identificação, o presidente da associação pretende “criar uma linha de pensamento” que auxilie a projeção de onde se deve intervir. “Valorizar ou preservar, há sítios onde é preciso manter e há sítios onde é preciso melhorar o que existe”.

Contextualizando com o objetivo de operacionalizar a Convenção Europeia em Portugal, Isabel Maria Matias explica que “estava em curso a implementação de uma política nacional de arquitetura da paisagem”. Contudo, esta política apenas estabelecia objetivos, dando orientações da convenção, sem enquadramento financeiro ou de execução concreta. “Em Portugal não existia enquadramento legal e, portanto, não existe legalização para a elaboração destes modelos. O que fizemos foi desenvolver uma metodologia a fundo do trabalho e apresentamos à autarquia”, explica.

A metodologia para o plano foi dividida em duas etapas. A primeira contou com quatro fases: a definição do plano, das subunidades, a elaboração do programa de gestão e a determinação dos objetivos de qualidade. Presentemente, o processo está já na segunda etapa, também dividida em quatro fases, que passa pela definição de projetos, ações e medidas de valorização da paisagem. Desta forma, a primeira fase serviu para compreender a paisagem “aos olhos” população. As crianças foram desafiadas a desenharem o que era para eles a paisagem de Paredes de Coura. “Para alguns era o Festival Paredes de Coura, para outros tinha umas vaquinhas e umas cabras, para outros tinha um edifício. E de facto a paisagem é tudo isso”, conta Isabel Maria Matias. Para os adultos, foram aplicados inquéritos, inspirados nos exemplos espanhóis e franceses, e sessões. Na segunda fase da Etapa 2 do plano, foram definidas 10 subunidades de paisagem com características próprias e diferenciadas do restante território, tais como a litologia, altitude, formas de relevo, clima e evolução histórica – identificação que contou também com a participação pública. Na terceira fase, foi feito um diagnóstico da paisagem, tendo em conta, por exemplo, a vegeta-

ção atual e a potencial, considerando valores específicos atribuídos pela população.

O presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura, Vítor Paulo Pereira, encara a identificação com o território por parte da população como uma mais-valia deste plano. "Muitas vezes as pessoas nem conhecem o próprio território. Estão tão metidas no meio dele que não se apercebem da importância". O presidente admite que a perceção que tem da paisagem tem vindo a mudar. "Paisagem para mim foi sempre afetividade, literatura, cinema, quase um deleite burguês. E achava que ninguém devia tocar na paisagem. Quando alguém cortava um carvalho, irritava-me profundamente. Mas a paisagem são as pessoas e as pessoas têm de viver na paisagem, tem de existir equilíbrio". "Não podemos transformar a paisa-



gem num presépio ao ponto de não se tirar partido e rendimento económico disso. Nessa altura, Paredes de Coura fica perdida no meio da solidão do alto do Minho", acrescenta. Apesar de chamar a "solidão do alto Minho" à conversa, o presidente não acredita que a localização geográfica seja uma condicionante. Pelo contrário. Encara a geografia como desafio à criatividade. "O que se tem de fazer nos territórios é ser criativo, dinâmico e preservar aquilo que é único. Se o território for criativo e dinâmico do ponto de vista cultural, mais pessoas o visitarão". Tiago Cunha, vereador da Câmara Municipal de Paredes de Coura, concorda e acredita que a "piedade" que as pessoas têm das localizações do interior de Portugal serviu de tônica para a elaboração deste plano. "As pessoas têm piedade porque nós aqui estamos, isolados, porque aqui nada chega. Mas na realidade aqui nada chega, mas também nada estraga. E se é algo tão valioso e imaculado, nós vamos transformar isto numa vantagem", diz. Vítor Paulo Pereira dá continuidade à declaração

do vereador: "A paisagem é um legado. Já recebemos esta herança e devemos saber transmiti-la".

O diagnóstico feito na terceira fase da segunda etapa do plano resultou em objetivos de qualidade para cada subunidade, tendo em conta as características naturais e físicas e a ocupação huma-

na, a quarta fase. Desta forma, entende-se que, para uma qualidade paisagística, é necessária a utilização sustentável de paisagens naturais e seminaturais, a boa conservação da paisagem fluvial e agroflorestal e a promoção de percursos e miradouros. Assim, exploram-se os recursos do território e "ensinam-se" os habitantes a reconhecerem a paisagem.

A introdução do plano teve um efeito de desconfiança na população. "Pensavam que vinham mais regulamentos, mais proibições. Mas o plano

é mostrar-lhes, de uma forma pedagógica e de uma forma até formativa, a importância que tem a paisagem e de transmitir esta herança aos outros. O importante é enquadrar os comportamentos, os desejos e os interesses económicos com os da paisagem", explica o presidente da Câmara Municipal.

O Plano de Paisagem Terras de Coura não se faz em dois dias, segundo Isabel Maria Matias, e, portanto, dentro do projeto cabem várias ações: "medidas transversais, medidas gerais e medidas por subunidade", afirma. Um exemplo de medida física é a reabilitação do largo da freguesia Bico. "É importante que as pessoas implementem as medidas porque o objetivo é que possamos influenciar a paisagem até aos 15 ou 20 anos, na área florestal serão períodos de 30 a 40", argumenta Luis Brandão Coelho.

Assim, existe data de início, mas de finalização não. O vereador da Câmara, Tiago Cunha diz "no dia em que parar é porque faliu", algo que gera acordo entre os promotores do Plano de Paisagem Terras de Coura.

